

NOVA TEBAS: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES¹

LUZ, Leandro Domingos²; HAHN, Fábio André³

RESUMO: Esta pesquisa destaca o processo de formação territorial na ocupação do município de Nova Tebas a partir da década de 1930 até 1960. Para apreensão das diversas tramas territoriais, simbólicas e identitárias, formadas no decorrer do processo (i)migratório utilizou-se como metodologia a realização de entrevistas. Evidenciamos que os (i)migrantes (re)produziram territórios e territorialidades em rede de forma simbólica e identitária, pelo caráter de pertencimento à comunidade e a manutenção dos costumes e das tradições, assim, os tempos e os territórios assumem um caráter de *continuidade* e *descontinuidade* concomitantes, ou seja, o *novo* e o *velho* em interação constante, formando as redes que se objetivam nas relações sociais com o território de origem entre os migrantes e os não-migrantes.

Palavras-chave: Migração; Colonização; Cultura; Nova Tebas.

NEW THEBES: TERRITORY AND TERRITORIALITY

ABSTRACT: This research highlights the process of territorial formation in the occupation of the Nova Tebas municipally from the 1930s to 1960. For several plots of land confiscation, and symbolic identity, formed during the process (i) migration was used as a method to conduct interviews. We show that (i)migrants (re)produced territories and territorial network of symbolic form and identity, the nature of belonging to the community and the maintenance of customs and traditions as well, times and territories assume a character of continuity and discontinuity concurrent, meaning the new and old, in constant interaction, forming networks that aim in social relations with the territory of origin of migrants and non-migrants.

Keywords: Migration, Colonization, Culture, Nova Tebas.

¹EIXO TEMÁTICO: Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local

²Graduando, Licenciatura em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), leandroluz07@gmail.com.

³Prof^o. Doutor, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), Departamento de Ciências Sociais, fabioandreh@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O município de Nova Tebas (Figura 01) está localizado na Mesorregião Centro Norte do Paraná, pertencendo ao terceiro planalto ou Planalto de Guarapuava. Conforme dados apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2009), o município possui uma área total de aproximadamente 544.187 km², com altitude média de 650 metros acima do nível do mar, estando a uma posição geográfica de latitude: 24° 26' 17" S; longitude 51° 56' 43" W, fazendo limite com os municípios de Iretama, de Jardim Alegre, de Manoel Ribas, de Arapuá, de Pitanga e de Roncador. Sua população é de aproximadamente 7.347 habitantes, conforme o Censo 2010.

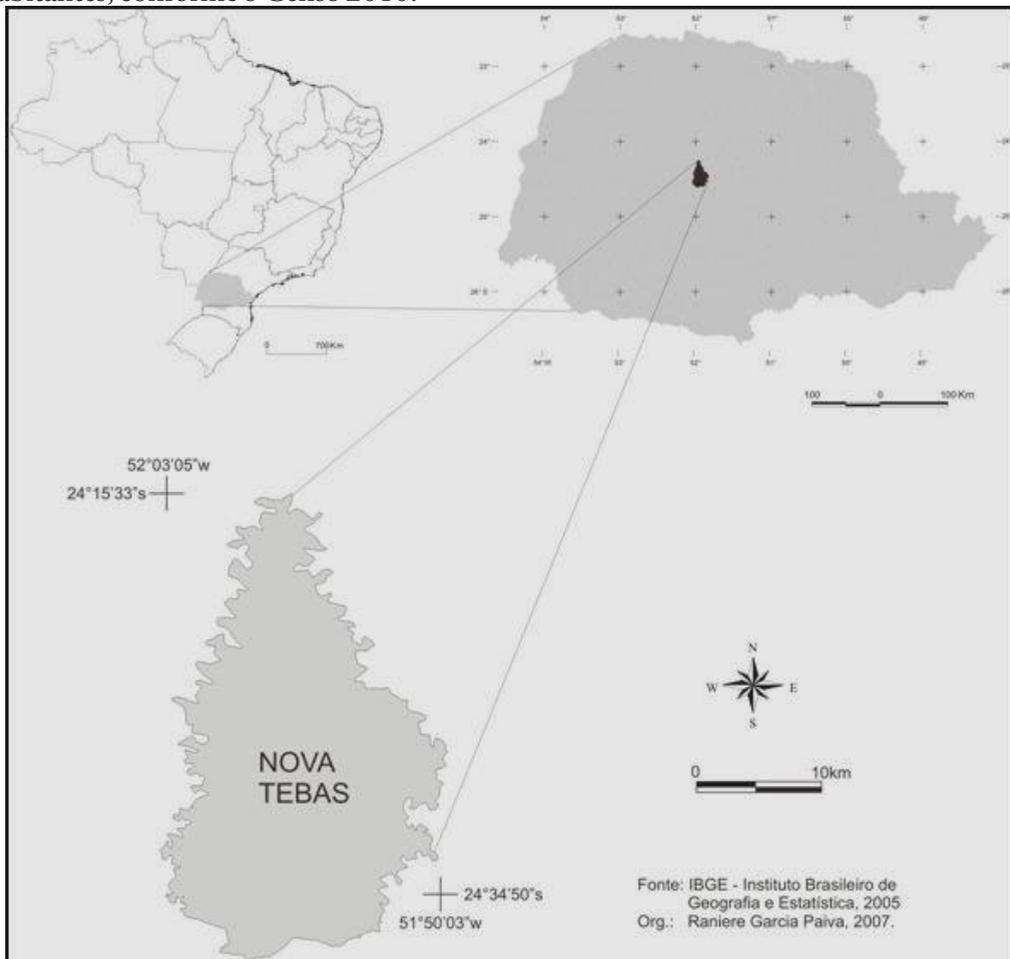


Figura 01: Localização do Município de Nova Tebas, no Estado do Paraná
Fonte: QUEIROZ, Marcos Antônio. 2008.

Este texto reflete resultados parciais do projeto intitulado “O Processo de Colonização do Município de Nova Tebas – Paraná (1930-1960): Formação e a Configuração das Relações Sociais de Poder”, vinculado ao Grupo de Pesquisa *Cultura e Relações de Poder* cadastrado no CNPq pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. O objetivo é compreender as diferentes territorialidades (materiais e imateriais) construídas na apropriação, produção e dominação do espaço geográfico por esses grupos sociais.

O nosso esforço analítico, neste texto, tem por temática o estudo do processo de colonização do município de Nova Tebas – Paraná, num recorte temporal que vai da década de 1930 até a década de 1960. Período que corresponde desde a chegada das primeiras famílias migrantes do sul do Estado, principalmente, descendentes de ucranianos da região do município de Prudentópolis e catarinenses da região de Tubarão, até o encontro com a “frente pioneira” vinda do norte paranaense, impulsionada pelo loteamento de pequenas propriedades na área onde hoje se localiza o distrito de Poema e pela expansão da cultura cafeeira no estado. Por meio do referido processo, investigamos a configuração social das famílias migrantes, em especial as famílias ucrânia-brasileiras, uma vez que preservam até hoje a sua identidade cultural, a fim de manter as tradições e costumes comuns, mantidos desde os primeiros imigrantes vindos da Europa, bem como as redes de relações sociais mantidas com o território de origem, pois caracteriza a dinâmica e a fluidez do território.

A nossa conjugação conceitual, neste ensaio, entende o processo migratório como uma relação entre espaço-tempo-território, tal como propõe Saquet (2010) ao estudar o(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil, pois assim somos capazes de compreender a produção territorial de maneira multidimensional (política, economia e cultura), transtemporal, uma vez que os tempos se misturam, num jogo coexistente de emporalidades passadas, presentes e futuras, e multiescalar, pois as redes em que participamos e efetivamos são locais, regionais, nacionais e internacionais. O território é manifestado pela junção entre materialidade e imaterialidade (ambas territorialidades) que podem ser observadas na apropriação e dominação do espaço geográfico historicamente.

A CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” TERRITÓRIO

Levando em conta que o Paraná foi palco de diversos movimentos (i)migratórios no processo de ocupação efetiva de seu interior, os quais contribuíram para a formação

um verdadeiro mosaico de etnias e múltiplas características culturais, entendemos ser pertinente o estudo da colonização dessa porção do território, da mesma forma a formação das territorialidades, por meio da interação entre as múltiplas dimensões sociais (economia, política e cultura), uma vez que essas relações são objetivadas nas práticas urbanas e sociais como um todo.

Como ferramenta metodológica empírica optou-se pelas fontes orais. Destarte, os subsídios promovidos por essa metodologia são um meio de se explorar, de forma ampla e multidimensional, a vida social do entrevistado, pois podemos compreender o modo de produção desenvolvido no decorrer do processo de colonização, bem como as mudanças produzidas ao longo do tempo, da mesma forma captar as emoções, os sentimentos de pertencimento à comunidade, imaterialidades simbólico-culturais que de outra forma não seriam percebidas no decorrer da pesquisa.

A nossa concepção de território se assemelha muito com a definição desenvolvida por Haesbaert (1998), em que o autor destaca a participação simbólico-cultural-identitária na formação do território no processo migratório, assim, temos a contribuição do referido autor propondo:

definir o território (ou as suas distintas manifestações) considerando [...] as formas e as intensidades com que se apresenta a relação indissociável entre a sua dimensão predominante material, político-econômica [...] e a sua dimensão mais imaterial, simbólico-cultural (manifestada pela coesão e o poder simbólico da identidade territorial por ele vinculada) (HAESBAERT, 1998, p. 62).

Como estamos tratando do território e das territorialidades formadas a partir do processo migratório de (i)migrantes ucranianos e seus descendentes, obrigatoriamente, temos que conceber o território enquanto território-rede, uma vez que o processo de territorialização- desterritorialização-reterritorialização (TDR), tal como proposto por Raffestin (1993), as vezes se comporta sem uma unidade espacial, ou seja, se encontram fragmentados no espaço geográfico, assim, necessitam das redes (mesmos que imateriais) para a sua articulação (HAESBAERT, 1998).

Dessa forma, “os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização necessitam ser vistos como movimento no tempo e no espaço, ou seja, como movimentos concomitantes/coexistentes e historicamente definidos por um jogo de forças econômicas, culturais e políticas” (SAQUET, 2010, p. 110).

Quando lidamos com movimentos migratórios devemos ter em mente que o território se comporta de maneira diferente, nesse sentido temos a contribuição de Saquet (2007), salientando que no processo de *DTR*,

O *velho* é re-criado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade. A continuidade ocorre na não-mudança e, na própria descontinuidade, que contém, *em-si*, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo* [...]. Há, aí, uma destruição criadora, presente, lenta e veloz, multiforme, às vezes explícita e às vezes implicitamente (SAQUET, 2007, p. 71).

Assim, quando os imigrantes foram des-territorializados na Europa, por motivos econômicos, políticos e culturais e reterritorializados no Estado do Paraná, reproduziram no Brasil elementos culturais, econômicos de seu país de origem, e ao mesmo tempo foram aderindo às novas práticas econômicas e ao modo de vida dos habitantes que habitavam o novo território⁴.

Nesse sentido, ao passo em que o processo migratório é consolidado, os sentimentos de pertencimento ao grupo – identificado pelas afinidades culturais – e o poder exercido pelas famílias ali estabelecidas criam uma nova configuração social que é “defendida” dos agentes externos que podem desestabilizar a ordem estabelecida, sentimento reproduzido para as gerações mais novas. Nesse sentido temos a contribuição do sociólogo Norbert Elias (2000) salientando que as redes de famílias antigas “(...) se diferenciam das outras por certas características comportamentais distintivas, inculcadas desde a infância em cada um dos seus membros, de acordo com a tradição distintiva do grupo” (ELIAS, 2000, p. 170), ou seja, as famílias que moram e se conhecem a mais tempo, chamadas por ele como famílias estabelecidas, constituem normas de conduta específicas dentro da comunidade, mantendo um caráter protetor em relação as outras pessoas que não pertencente ao grupo estabelecido. Em outro momento o mesmo autor ressalta que “(...) as pessoas que pertencem a um círculo de 'famílias antigas' são providas de um código comum por seus vínculos afetivos específicos: uma certa união das sensibilidades subjata a todas as diferenças” (ELIAS, 2000, p. 171).

O processo imigratório de europeus no Brasil está relacionado a inúmeros fatores. Nesse sentido, corroboramos com Saquet (2010) que:

A imigração e a colonização estão na base de cinco processos principais complementares entre si: produção de café para exportação com base no trabalho assalariado e em grandes

⁴Entre as práticas adotadas estão o cultivo do milho, feijão e erva-mate, bem como atividades e o modo de vida dos caboclos que viviam interior do Paraná, o que Léo Waibel chama de “caboclição”. Recomendamos a leitura de WAIBEL, Léo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 11 nº 2. 1979.

lavouras; apropriação da terra em pequenas propriedades por meio da prática da policultura e do trabalho familiar voltado ao mercado interno; geopolítica e definição de fronteiras; cobranças estrangeiras sobre a qualidade de vida dos imigrantes no Brasil e o *branqueamento* da população desejado pela classe hegemônica (SAQUET, 2010, p. 114, grifo no original).

Se no Sudeste brasileiro, o interesse pela imigração estava relacionada à expansão da cultura cafeeira, no Sul do Brasil o interesse em uma imigração europeia tinha propósitos estratégicos para o governo imperial e depois para o governo republicano.

A primeira tentativa de colonização no centro do Estado do Paraná ocorre ainda antes da emancipação política do Paraná. Em 1847, o tropeiro João da Silva Machado (futuro barão de Antonina), que foi responsável, também, pela imigração de “alemães-russos” do Volga para Rio Negro nas margens do rio Iguazu, foi encarregado pelo governo imperial para tentar uma comunicação terrestre/fluvial com a vizinha província de Mato Grosso. Assim, como salienta Wachowicz (2002) ele, “atraiu para as margens do rio Ivaí, em pleno sertão paranaense, as atenções do filantropo suíço João Mauricio Faivre. Este fundou na margem do Ivaí a colônia Teresa e para lá conduziu dezena de imigrantes franceses” (WACHOWICZ, 2002, p. 146). Porém, “os resultados dessa colônia não foram satisfatórios. Permaneceram ali apenas 10 dos 87 imigrantes para lá encaminhados” (IDEM, 2002, p. 146).

Entre as dificuldades encontradas pelos imigrantes estava a distância de núcleos populacionais e a falta de assistência do governo, bem como as terras acidentadas destinadas a construção das colônias. Neste sentido, contamos com a contribuição de Hauresko (2009), salientando que os

imigrantes [eram] levados para áreas afastadas dos mercados de consumo e de abastecimento, contando com vias de comunicação precárias. Estas vias tornavam o transporte caro, além de dificultarem assistência médica, acesso à igreja e à escola, sendo, estas últimas, as maiores queixas dos imigrantes de todos os núcleos criados em áreas isoladas – sem se esquecer da fome que, nos primeiros tempos, era uma constante (HAURESKO, 2009, p. 248).

A tentativa de ligação entre os campos de Guarapuava com a vizinha província de Mato Grosso é então recomeçada no ano de 1918, quando o Senhor Manuel Mendes de Camargo, consegue a concessão do governo para melhorar as condições do “Picadão”, que havia sido aberto por expedicionários Guarapuavanos nos anos de 1880/1881 almejando a criação de bovinos nos campos do Mourão. Esse picadão depois ficou conhecido como “Estrada da Boiadeira”.

Segundo Teixeira (2001) “inicialmente a 'Estrada Boiadeira' foi elaborada partindo de Guarapuava em direção a Pitanga, numa extensão de 103 km, percorrendo mais 132 km até a localidade de Campo Mourão, seguindo mais 125 km até as barrancas do rio Paraná, totalizando aproximadamente 60 léguas”.

A construção da “Estrada da Boiadeira” foi de fundamental importância para ocupação efetiva do centro do estado do Paraná, os trabalhadores que abriram a estrada logo se apossaram de um lote de terra e iniciaram a criação de “safras”⁵ para comercializar em Ponta Grossa e a praticar a agricultura de subsistência. A migração de descendentes de ucranianos na década de 1940 já alcançava a região de Campo Mourão e Araruna.

Devido a proximidade com a “Estrada da Boiadeira” entre as décadas de 1930 e 1940, há o processo de ocupação na porção sul do município de Nova Tebas. Nessa época quase não havia moradores na região, constituindo uma ocupação esparsa dentro do território. A colonização tem início nessa área, entre outros motivos, devido à sua proximidade com a cidade de Pitanga de onde foi construída uma ramificação da “Estrada da Boiadeira” em direção a localidade da Borboleta, já na atual divisa entre Nova Tebas e Pitanga.

Considerando que o município de Nova Tebas somente obteve a sua emancipação política em 1989, decorre, portanto, que o recorte temporal em que estamos trabalhando, a história de Nova Tebas está entrelaçada com a do município de Pitanga, já que seu território ainda não havia sido desmembrado.

Nessa área tem o surgimento do povoado de Bela Vista, recebendo esse nome em virtude da visão privilegiada da Serra de Pitanga. No dia 14 de agosto de 1957, através da Lei Estadual n.º3.267, Bela Vista foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do município de Pitanga, antes mesmo da criação do distrito de Nova Tebas, atual sede administrativa do município (FERREIRA, 2006, p. 48).

Anteriormente à demarcação do território como município, o distrito de Bela Vista foi demarcado como Paróquia, sendo desmembrada de Pitanga, como salienta o padre Ricardo Küpper, no livro Tombo da então recém-criada paróquia:

⁵ As safras eram as criações de porco em meio a mata recém derrubada, sendo comercializadas pelos safristas até Ponta Grossa para serem abatidos nos frigoríficos e depois era enviada a carne de trem até São Paulo. (informações obtidas com os entrevistados).

Desmembrando o seu território da Paróquia de Pitanga com as seguintes divisas: o ponto de saída é a confluência do Rio Taquaruçú e Corumbataí, partindo daí por uma linha reta e seca até alcançar a confluência do Rio Palmital e Liso onde teria o nome de Muquidão, daí desce pelo Rio Muquidão até a confluência com o Rio Corumbataí, e pelo Corumbataí sobe até a confluência com o Rio Taquarussú, ponto de partida. Abrangendo, assim, todo o território do distrito de Bela Vista. (KÜPPER, 1975).

No decorrer da década de 1960, chega ao então distrito de Bela Vista o Senhor Elias Papanastácio de origem grega, que loteou cerca de 600 alqueires, o que veio a favorecer a vinda de várias famílias para a região. Os lotes forma vendidos tanto na área que se destinava à cidade quanto na área rural, da mesma este influenciou diretamente na denominação do nascente município, sendo o nome Nova Tebas, uma homenagem a lendária Cidade-Estado de Tebas.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão iniciada neste texto, visa contribuir para o estudo das formas territoriais materiais e imateriais que se formaram no processo de (i)migração na região central do Paraná. Por meio da pesquisa empírica, advinda do contato com as fontes orais, consideramos que os movimentos migratórios que podem ser caracterizados pelos concomitantes processos de desterritorialização e (re)territorialização, deixam marcas no tempo e no espaço. Porém, o processo de desterritorialização nunca é completo, sempre são preservadas algumas características anteriores a esse processo, certos arranjos sociais são reproduzidos e da mesma forma, novos arranjos são construídos, fato que implica na diversidade de representações produzidas e re-produzidas no espaço urbano pelos diversos agentes sociais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Professora Dra. Adélia Aparecida de Souza Haracenko, ex- coordenadora do projeto intitulado “A Geografia da Práxis e da Cultura Camponesa Ucraniana na Colonização da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense” financiado pela SETI, por meio do programa de pesquisa e extensão “Universidade Sem Fronteiras”, pela utilização das entrevistas realizadas durante o projeto, fato que muito contribui para a historiografia regional.

REFERÊNCIAS

- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**: origem e significado de seus nomes. Curitiba: MB- Memórias do Brasil, 2000.
- HAURESKO, Cecília. O estabelecimento de colonos no Estado do Paraná e os fatores limitantes ao desenvolvimento das colônias agrícolas. In: VESTENA, Leandro Redin *et al* (orgs) **Saberes Geográficos**: teorias e aplicações. Guarapuava: Unicentro, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Território**. Ano III, nº 4, jan./jun. 1998. pp. 55-71.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico de Nova Tebas**. IPARDES, 2010.
- KÜPPER, Paulo, et al. **Livro tombo**. Nova Tebas: Paróquia São Pedro Apóstolo, 1975 – 1991.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, jan./jun. 2007. pp 55-76.
- _____. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de. (Orgs) **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Orgs) **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs) **Geografia**: conceitos e temas. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2005. 206 p.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada da boiadeira**. Guarapuava: Monjolo, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10 ed.. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. 360 p.